

## POPULAÇÃO BRASILEIRA

Conforme o Censo 2000 realizado pelo IBGE, a população residente no Brasil era de 169.799.170 habitantes. A estimativa do mesmo órgão, em 4de novembro de 2010, contabilizava 185.712.713 habitantes nos 5.565 municípios já contabilizados pelo censo 2010. Há uma previsão de que até o final de novembro de 2010 tenhamos todos os dados contabilizados.

Esse número representa a quinta maior população do mundo, superada pelas populações da China, da Índia, dos Estados Unidos, e da Indonésia.

Região	Estado	População em 2010	População em 2000
N	Rondônia	1.535.625	1.379.787
N	Acre	707.125	557.526
N	Amazonas	3.350.773	2.812.557
N	Roraima	425.398	324.397
N	Pará	7.443.904	6.192.307
N	Amapá	648.553	477.032
N	Tocantins	1.373.551	1.157.098
NE	Maranhão	6.424.340	5.651.475
NE	Piauí	3.086.448	2.843.278
NE	Ceará	8.180.087	7.430.661
NE	Rio Grande do Norte	3.121.451	2.776.782
NE	Paraíba	3.753.633	3.443.825
NE	Pernambuco	8.541.250	7.918.344
NE	Alagoas	3.093.994	2.822.621
NE	Sergipe	2.036.277	1.784.475
NE	Bahia	13.633.969	13.070.250
SE	Minas Gerais	19.159.260	17.891.494
SE	Espírito Santo	3.392.775	3.097.232
SE	Rio de Janeiro	15.180.636	14.391.282
SE	São Paulo	39.924.091	37.032.403
S	Paraná	10.286.737	9.563.458
S	Santa Catarina	6.178.603	5.356.360
S	Rio Grande do Sul	10.576.758	10.187.798
CO	Mato Grosso do Sul	2.404.256	2.078.001
CO	Mato Grosso	2.954.625	2.504.353
CO	Goiás	5.849.105	5.003.228
CO	Distrito Federal	2.469.489	2.051.146
N	Região Norte	15.484.929	12.900.704
NE	Região Nordeste	51.871.449	47.741.711
SE	Região Sudeste	77.656.762	72.412.411
S	Região Sul	27.022.098	25.107.616
CO	Região Centro-Oeste	13.677.475	11.636.728
	BRASIL	185.712.713	169.799.170

Os censos populacionais produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo, e constituem a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados.

Em 1872, foi realizado o primeiro recenseamento nacional no país, o qual recebeu o nome de Recenseamento da População do Império do Brasil. Depois deste e até 1940, novas operações censitárias sucederam-se em 1890, 1900 e 1920. Em 1910 e em 1930, não foram realizados os recenseamentos.

Com a criação do IBGE, em 1938, inaugurou-se a moderna fase censitária no Brasil. Caracterizada, principalmente, pela periodicidade decenal dos censos demográficos, nessa nova fase foi ampliada a abrangência temática do questionário com introdução de quesitos de interesse econômico e social, tais como os de mão-de-obra, emprego, desemprego, rendimento, fecundidade, migrações internas, dentre outros temas.

Até o Censo de 2000, verificou-se o aumento constante da população brasileira, que chegou a crescer dez vezes no século XX (1901-2000).

Para que sejam feitas estimativas demográficas mais exatas, a cada cinco anos é realizada a contagem da População. Em 2007 ocorreu a contagem da população e apontou uma população de 186.754.234 habitantes no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) é um outro instrumento de pesquisa do governo federal e faz levantamentos anuais com informações sobre habitação, rendimento, mão-de-obra, educação e características demográficas.

### Evolução das taxas de natalidade e mortalidade no Brasil

A variação nas taxas de natalidade e de mortalidade refletiu no crescimento da população brasileira, que apresentou oscilações durante todo o século XX, com acentuada queda a partir de meados da década de 1980.

O crescimento demográfico do país tem diminuído o ritmo, que era muito alto até a década de 1960. Em 1940, o recenseamento indicava 41.236.315 habitantes; em 1950, 51.944.397 habitantes; em 1960, 70.191.370 habitantes; em 1970, 93.139.037 habitantes; em 1980, 119.002.706 habitantes; em 1991, 146.825.475 habitantes e finalmente em 2000, 169.799.170 habitantes. Veja a seguir a tabela do crescimento da população brasileira de 1872 a 2000 e a projeção pra 2010 e 2020.

Brasil: crescimento da população segundo os censos de 1872 a 2000 e projeção* até 2020		
Ano	População	Crescimento (%)
1872	9.930.478	-
1890	14.333.915	44,3
1900	17.438.434	21,6
1920	30.635.605	75,6
1940	41.236.315	34,6
1950	51.944.397	25,9
1960	70.191.370	35,1
1970	93.139.037	32,7
1980	119.002.706	27,8
1991	146.825.475	23,4
2000	169.799.170	15,6
2010*	192.040966	13,0
2020	209.705.328	9,1

Fonte: IBGE, Anuário estatístico do Brasil

As razões para uma diminuição do crescimento demográfico relacionam-se com a urbanização e industrialização e com incentivos à redução da natalidade (como a disseminação de anticoncepcionais). Embora a taxa de mortalidade no país tenha caído bastante desde a



década de 1940, a queda na taxa de natalidade foi ainda menor.

<b>Taxas de Natalidade, de Mortalidade e de Crescimento Vegetativo no Período de 1872-2010</b> (% - por 1.000 habitantes)			
Períodos	Natalidade	Mortalidade	Taxa de crescimento
<b>1872-1890</b>	46,5	30,2	16,3
<b>1891-1900</b>	46,0	27,8	18,2
<b>1901-1920</b>	45,0	26,4	18,6
<b>1921-1940</b>	44,0	25,3	18,7
<b>1941-1950</b>	43,5	19,7	23,8
<b>1951-1960</b>	41,5	15,0	26,5
<b>1961-1970</b>	37,7	9,4	28,3
<b>1971-1980</b>	34,0	8,0	26,0
<b>1981-1990</b>	27,4	7,8	19,6
<b>1991-2000</b>	22,1	6,8	15,3
<b>2001-2005</b>	20,0	6,8	13,2
<b>2006-2010</b>	18,6	7,1	11,5

Fonte: IBGE., Anuário estatístico do Brasil

Essa situação foi resultado de uma redução gradual nas taxas de fecundidade. A taxa de fecundidade é a estimativa do número médio de filhos (nascidos vivos) por mulher ao fim de sua idade fecunda (15 - 49 anos), em determinado momento. Esse fato foi responsável pela queda das taxas de natalidade e consequentemente pela desaceleração do crescimento demográfico.

A taxa de fecundidade caiu de 6,2, em 1940, para 1,94 em 2009. Além de ter menos filhos, as mulheres passaram a participar mais da vida econômica do país. A região brasileira com a maior taxa de fecundidade é a Norte, com 2,6 filhos por mulher, seguida pela Nordeste, com 2,29, e a Centro-Oeste, com 2,01. A menor taxa é a da região Sudeste, com 1,62 filho por mulher. Na região Sul, foi registrado 1,78 filho por mulher.

<b>Taxa de fecundidade no Brasil, por ano</b>	
2001	2,33
2002	2,26
2003	2,14
2004	2,13
2005	2,06
2006	1,99
2007	1,95
2008	1,89
2009	1,94
Fonte: IBGE	

De modo geral, podemos caracterizar três principais períodos ou fases do crescimento demográfico no Brasil:

- ✓ A primeira fase: entre os anos de 1872 a 1940, quando o ritmo era relativamente lento, explicado pela combinação de elevadas taxas de natalidade – resultado da ausência de práticas anticoncepcionais e do grande contingente de população rural – com elevada mortalidade, principalmente infantil, decorrente, sobretudo, da precariedade das condições médico-hospitalares e higiênico-sanitárias, da desnutrição, das doenças respiratórias e de massa, da diarreia infecciosa;
- ✓ A segunda fase: entre os anos de 1940 e 1980, quando o ritmo de crescimento populacional foi elevado, explicado pela combinação de duas variáveis demográficas: redução lenta da taxa de natalidade e queda acentuada da mortalidade. Nessa fase de grande urbanização, a população passou a ter maior acesso a assistência médica, medicina preventiva, vacinação, saneamento básico, etc.

Vale salientar que em 1941, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, criou um decreto-lei que obrigava as pessoas solteiras ou viúvas, maiores de 25 anos, a pagar um adicional de 10% sobre o imposto de renda devido. Era uma forma de o governo incentivar a natalidade em nosso país para sustentar o crescimento industrial e povoar os vazios do interior do país (Centro-Oeste e Amazônia) atender a necessidade de mão-de-obra.

Foi essa política demográfica que, somada à situação de pobreza e falta de informações da população e ajudada pela redução das taxas de mortalidade, produziu a maior explosão demográfica no mundo;

- ✓ A terceira fase: entre os anos de 1980 aos dias atuais, quando está havendo uma redução mais acentuada das taxas de natalidade e mortalidade, apresentado um crescimento populacional médio de 1,3% ao ano. Por volta de 2050, estará completando o seu ciclo demográfico.

#### **A década de 1990 e o século XXI**

A década de 1990 trouxe muitas mudanças para o perfil demográfico de nosso país. Muitas afirmações usadas frequentemente em estudos da população brasileira já não correspondem à realidade.

Éramos um país jovem, estamos envelhecendo. O brasileiro vive mais e a taxa de fecundidade caiu. Desde 1970, não somos mais um Brasil rural. Melhoramos nossos indicadores sociais, mas, assim como a desigualdade da distribuição caracteriza nossa população, uma outra desigualdade torna nosso povo mais pobre – a concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população agrava-se a cada década.

A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) revelou a continuidade da tendência de

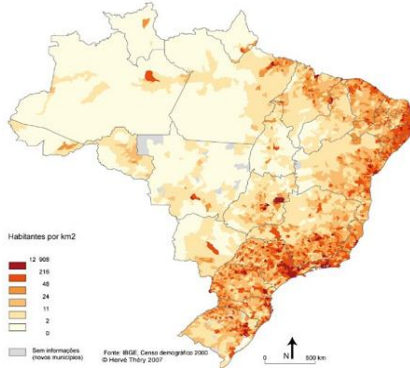


envelhecimento da população brasileira. Entre a população na faixa etária de 0 a 24 anos, houve redução de 642 mil pessoas de 2008 para 2009. Entre aqueles de 25 a 59 anos, o aumento no contingente foi de 1,8 milhão de pessoas. A população de 60 anos de idade ou mais teve acréscimo de pessoas foi de 697 mil.

Apesar de o número de mulheres ser um pouco maior, a situação delas não é melhor que a dos homens. Podemos verificar, também, uma grande diferença entre qualidade de vida da população branca e da população negra.

### A distribuição da população brasileira e suas questões sociais

Uma das características da distribuição espacial da população brasileira sempre foi a concentração em determinadas áreas do país, sobretudo no Sudeste, no Sul e nas áreas metropolitanas. O Censo de 2000 revelou que quase metade da população brasileira vive em apenas 244 dos 5.565 municípios do país.



Se considerarmos a relação entre a área total de nosso território de 8.514.215 km<sup>2</sup> e a população absoluta de 185.712.713, temos uma densidade demográfica de 21,81 hab./km<sup>2</sup>.

Entretanto, a ocupação do território brasileiro é extremamente desigual: ao mesmo tempo que temos municípios com menos de 1 hab./km<sup>2</sup>, como Atalaia do Norte (Amazonas), há outros, como São João de Meriti (Rio de Janeiro), com 12.897,8 hab./km<sup>2</sup>.

Já é possível notar uma pequena modificação nas áreas de grande concentração populacional. A região Sudeste possui hoje 41,98% dos habitantes do país. Em 1991, representava quase 44% desse total. Nessa mesma região revela-se o crescimento maior das cidades médias do interior em relação às capitais de estados.

As cidades médias (de 50 mil a 500 mil habitantes) foram as que tiveram maior aumento populacional. Durante a década de 1990, 30 milhões de pessoas mudaram-se para as cidades médias do Sudeste. As grandes metrópoles já estão saturadas. Suas taxas de crescimento estão bem abaixo da média nacional.

Salvador (BA) e Fortaleza (CE) continuam como pólos atrativos na região Nordeste.

De modo geral, as capitais estaduais são as cidades mais populosas de cada um dos estados brasileiros. Não só são as cidades mais populosas como também as mais importantes do ponto de vista econômico. No entanto, dois

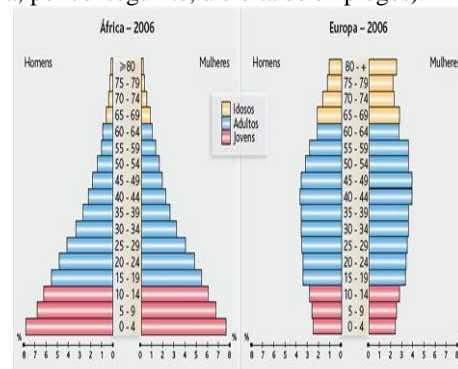
estados brasileiros fogem a essa regra, ou seja, os municípios das capitais possuem população inferior à de outros municípios do estado. No Espírito Santo, a cidade de Vila Velha supera a da capital, Vitória e em Santa Catarina, a cidade de Joinville supera a capital Florianópolis.

### Estrutura etária da população brasileira

É comum analisarmos as populações com base em sua estrutura etária e em seu gênero. Trata-se de verificar sua distribuição por grupos de idade (jovens, adultos e idosos) por sexo (feminino e masculino), que permite aos analistas avaliar muitos índices demográficos. Como o crescimento vegetativo e a expectativa de vida.

Podemos analisar tanto a idade como o gênero da população por meio da pirâmide etária, um gráfico escalonado em faixas de idade: de quatro em quatro anos, de cinco em cinco, de seis e seis etc. Essa representação é geralmente dividida em três partes: a base, o corpo e o topo, cada uma explicitando, respectivamente, dados da população jovem, adulta e idosa. Outro aspecto das pirâmides etárias é que a população do sexo feminino ocupa um de seus lados, e a masculina, o outro. Por causa dessas características, esse gráfico pode ser de grande utilidade para o planejamento de políticas públicas voltadas ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social.

A largura e a distribuição das barras entre base e topo nos permitem saber se a população é predominantemente jovem, adulta ou idosa: quanto mais larga a base e estreito o topo, maior a quantidade de jovens e menor a expectativa de vida; situação contrária (base estreita e topo largo) indica o predomínio de população idosa. Com base na análise desses dados, podemos inferir aspectos da qualidade de vida da população, além de várias características socioeconômicas, como nível de renda e a demanda por empregos (quanto maior a quantidade de jovens, por exemplo, maior a reserva de mão-de-obra, o que se atrela, por conseguinte, à oferta de empregos).



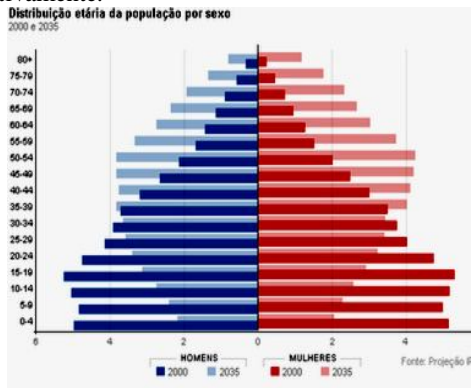
A pirâmide etária dos países centrais é bastante diferenciada da dos países do sul. A primeira tem base mais estreita e corpo e ápice mais largos, enquanto a segunda apresenta base larga e ápice estreito, sendo a maioria de sua população constituída de crianças e jovens.

No último século a população brasileira multiplicou por dez: em 1900 residiam no Brasil cerca de 17 milhões de pessoas, no ano 2000 quase 170 milhões. Desde o primeiro recenseamento (1872) ocorreram várias mudanças no padrão da evolução demográfica brasileira.

Até o início da década de 1930 o crescimento da população do Brasil contou com forte contribuição da imigração. A partir de 1934, com a adoção da "Lei de Cotas" que estabelecia limites à entrada de imigrantes, o aumento da população dependeu, principalmente, do crescimento vegetativo (cv), isto é, a diferença entre as taxas de natalidade e a de mortalidade expressa em % (por cem) ou ‰ (por mil) habitantes.

No entanto, foi depois da Segunda Guerra Mundial (1939-45) que o crescimento tornou-se acelerado, devido à diminuição das taxas de mortalidade. Isso é explicado por fatores como a expansão da rede de esgoto, acesso à água encanada, campanhas de vacinação em massa, acesso a medicamentos básicos, etc. Entre 1940 a 1960 foi registrada a maior evolução das taxas de crescimento populacional, atingindo em 1960 a taxa de 2,9% a.a. (ao ano - ou 29‰ a.a.). Este período marcou a primeira fase de transição demográfica brasileira.

Com a urbanização, ocorreu uma mudança na estrutura etária brasileira. Em comparação aos dados de 1992 a 2007, as faixas etárias de 0 a 9 anos e de 10 a 17 anos sofreram reduções de 6,2 e 3,3 pontos percentuais, respectivamente; já as faixas de 40 a 59 e 60 ou mais tiveram aumentos de 6,1 e 2,7 pontos percentuais, respectivamente.



Segundo o IBGE, nascem mais homens no país, mas são as mulheres que vivem mais. O percentual de mulheres com 40 anos ou mais de idade é de 34,7% e o de homens, 31,5%. Na faixa etária mais jovem, de 0 a 4 anos, elas respondem por 7% da população, enquanto eles, por 7,7%. As mulheres representam 51,2% do total da população brasileira; os homens representam 48,8% do total da população brasileira.

Os brasileiros estão vivendo mais. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a expectativa de vida no País aumentou cerca de três anos entre 1999 e 2009. Assim, é esperado que um brasileiro viva pelo menos 73,1 anos.

As menores taxas de mortalidade são registradas entre as mulheres, por isso elas têm vivido por mais tempo e somam 55,8% das pessoas com mais de 60 anos no País. No período avaliado, a expectativa de vida delas passou de 73,9 anos para 77 anos. Entre os homens, subiu de 66,3 anos para 69,4 anos.

Entre as unidades federativas, o Distrito Federal é o que proporciona melhores condições de vida aos idosos. As mulheres de lá chegam a viver 79,6 anos, a maior taxa

no País. Por outro lado, em Alagoas, eles vivem 63,7 anos, índice inferior à expectativa de vida no País em 1999.

### A situação da mulher

Apesar de ter seus direitos garantidos pela Constituição, a mulher brasileira sabe que ainda há muito a conquistar.

Só para ter ideia da importância das mulheres, basta saber que elas representam mais da metade da população brasileira. Para cada 100 mulheres no Brasil, existem 95 homens.

Entre 1996 e 2006, o percentual de mulheres responsáveis pelos domicílios aumentou de 10,3 milhões para 18,5 milhões. Em termos relativos, esse aumento corresponde a uma variação de 79%, enquanto, neste período, o número de homens “chefes” de família aumentou 25%. A maior participação das mulheres no mercado de trabalho tem se concentrado em quatro grandes categorias ocupacionais que, juntas, compreendem cerca de 70% da mão de obra feminina: serviços em geral (30,7%); trabalho agrícola (15%); serviços administrativos (11,8%); e comércio (11,8%).

No campo profissional, as mulheres ainda estão em desvantagem diante dos homens. Embora sejam a maioria da população adulta brasileira e apresentem níveis crescentes de ocupação, as mulheres têm menor inserção no mercado. Uma trabalhadora brasileira recebe em média 71,3% do que um homem recebe pelo mesmo trabalho. Uma mulher com curso superior tem salário em média 40% inferior ao de um homem na mesma função.

O intenso processo de urbanização, verificado no Brasil principalmente a partir da década de 1960, foi o principal responsável pela redução das taxas de fecundidade e a consequente queda das taxas de crescimento demográfico. É na cidade que as informações e o acesso aos métodos de contra-concepção são maiores e foi justamente a partir deste período que a pílula anticoncepcional passou a ser difundida na sociedade brasileira.

As mulheres engrossaram o mercado de trabalho urbano e as famílias passaram a dispor de menos tempo para se dedicar aos filhos. Além disso, na cidade as despesas com a criação e formação da criança são maiores que no meio rural, constituindo um fator inibidor para a formação de famílias numerosas.

No caso das mulheres mais pobres, diante da dificuldade de terem acesso a métodos de contra-concepção, a esterilização foi a principal opção adotada. Registraram-se no Brasil casos em que a esterilização das mulheres em hospitais públicos foi realizada inclusive sem o consentimento da paciente, logo após o trabalho de parto.

As alternativas de contra-concepção mais utilizadas pelas mulheres brasileiras são, respectivamente: a ligadura de trompas (esterilização), a pílula e a camisinha. Nos países desenvolvidos a ligadura de trompas é o método menos utilizado, sendo mais comum a vasectomia, que é o processo de esterilização masculina, que pode ser reversível.